



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

13/08/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

MP da Liberdade Econômica será votada nesta semana

A Medida Provisória da Liberdade Econômica, editada pelo Governo Jair Bolsonaro em abril, pode ser votada pela Câmara nesta semana. O relator Jerônimo Goergen (PP-RS), fez ajustes para que a MP fosse votada antes de perder a validade, no final do mês. Entre as alterações está a possibilidade de que empregados trabalhem aos domingos, desde que seja dada uma folga nesse dia a cada sete semanas. Outro trabalho que segue na pauta dos deputados é a conclusão da votação da Lei das Licitações. O plenário precisa votar os destaques apresentados ao texto do deputado Augusto Coutinho (SDD-PE), cujo texto-base foi aprovado no fim de junho. Outra alteração é a criação de documento único para operação de transportes, que conterà os dados tributários, logísticos e sanitários. A unificação havia sido prometida pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, em negociação com caminhoneiros.

Fonte: Jornal A Tribuna – 13/08/2019

INSS cogita privatizar auxílios

O Governo estuda entregar para a iniciativa privada os chamados benefícios de risco do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), como salário-maternidade, auxílios-doença e acidente e parte das pensões. A informação é do jornal O Globo e preocupa sindicalistas e especialistas da área. A União gasta cerca de R\$ 130 bilhões por ano com os benefícios, comprometendo 22% da receita do INSS. Se mudar de mãos, bancos e seguradoras poderiam oferecer produtos para as empresas, como uma espécie de seguro, para cobrir situações que levam ao afastamento dos seus funcionários. “A Constituição Federal prevê a possibilidade de jogar para a iniciativa privada o auxílio acidente”, explica o advogado André Bittencourt. Mas, na avaliação dele, é preciso ter muito cuidado quando se fala em deixar com entidades privadas a concessão desses benefícios e cita exemplos como os utilizados pelos norte-americanos. “Estive em Harvard para entender o sistema americano, e um professor foi enfático, ressaltando que, se isso ocorrer no Brasil, é preciso tornar obrigatória a contratação (dos seguros) pelas empresas. Isso não ocorre nos Estados Unidos”, diz. O advogado Cleiton Leal Dias Júnior afirma que “não haveria lógica” para o Governo Federal repassar para o mercado a concessão do auxílio acidente, por exemplo.

“O que se recolhe hoje com ele é superior ao que o Governo paga, e o que os recursos que sobram são redirecionados para outros benefícios”, pondera. O economista Hamilton Marques também se mostra reticente com a ideia do Governo Federal, pois haverá grande chance de empresas acabarem pressionando os trabalhadores a reassumirem seus cargos de forma mais rápida. Segundo ele, o ministro da Economia, Paulo Guedes, já se manifestou nesse sentido. “Entendo que a área social é de responsabilidade do Estado com seus cidadãos. Tenho reservas quanto a fazer da seguridade social um negócio lucrativo”, considera. O presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, concorda. “Isso coloca em risco uma série de questões como a justiça como trabalhador, que é parte mais fraca nessa relação”. Oficialmente, a Secretaria Especial de Previdência apenas diz que ainda não há decisão do Governo sobre a elaboração de projeto de lei relativo ao assunto.

Leia mais: Jornal A Tribuna – 13/08/2019

Governo estuda teto para despesas médicas no IR

Após anunciar que estudava acabar com a possibilidade de dedução de despesas médicas no Imposto de Renda, o governo parece ter mudado de ideia. O secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, disse que a proposta é criar um teto para que essas despesas sejam deduzidas. “Hoje existe um benefício excessivo a famílias de alta renda, que usam medicina particular e não usam o SUS. O grosso da população usa o SUS e não tem nenhuma dedução”, afirmou ele. “Vamos estabelecer um teto que seja justo, e não dê excesso de privilégios e benefícios àqueles que não precisam”, concluiu. As mudanças no Imposto de Renda devem fazer parte da proposta de reforma tributária que o governo pretende apresentar em breve. Segundo Cintra, o presidente Jair Bolsonaro tem “insistido muito” na correção da tabela do imposto, incluindo mudanças “em níveis de isenção”.

PERDA DE RECEITA

O secretário disse que alterar níveis de isenção pode implicar perdas “muito significativas de arrecadação”. As estimativas são de dezenas de bilhões de reais. “É o desafio que estamos enfrentando, de garantir a neutralidade do ponto de vista da arrecadação”, afirmou na Associação Comercial de São Paulo (ACSP). Cintra, contudo, afirmou que o Governo identificou vários itens do IR para pessoa física que podem ser reformados, como deduções e simplicidade de apuração e critérios exigidos pela Receita. Ele citou o exemplo da saúde. Ele também propõe a criação de um tributo sobre pagamentos para substituir o tributo sobre a folha salarial e financiar a Previdência. Segundo ele, a substituição aumentaria em 30% a base de arrecadação, porque a Receita estima que há R\$ 400 bilhões de recursos que são sonogados, diante de uma arrecadação prevista de R\$ 1,4 trilhão.

Fonte: Jornal A Tribuna – 13/08/2019

“Não vamos retomar a CPMF”, diz Maia

A O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que o Congresso não vai votar, “em hipótese alguma”, o retorno da CPMF, como defendem alguns setores da equipe econômica do governo. Ele destacou a importância da reforma tributária para corrigir distorções no sistema. Segundo Maia, alguns setores precisam colaborar com a proposta, já que a sociedade paga mais impostos hoje do que muitos setores da economia. Ele deu a declaração durante evento do banco Santander, nesta segunda-feira (12), em São Paulo. “Não vamos retomar CPMF em hipótese alguma. É ruim para a sociedade. Eu trabalhei pelo fim da CPMF e não vai ser agora que vou retomar este tema”, afirmou. Maia destacou outras pautas que podem ser votadas neste semestre pela Câmara, como o novo marco legal do saneamento básico e novas regras para o licenciamento ambiental. Segundo ele, é provável que um novo texto do saneamento seja aprovado pelos deputados em até 40 dias.

Leia mais: Jornal Diário do Litoral – 13/08/2019

PEC Paralela da reforma de Previdência poderá incluir capitalização

Para não alterar o texto aprovado na Câmara, os senadores se preparam para apresentar uma “PEC paralela”, que incluiria mudanças à Reforma da Previdência (PEC 6/2019). Um dos consensos seria a extensão das regras para o funcionalismo federal para os servidores de estados e municípios. Segundo o senador Rogério Carvalho (PT-SE), a oposição não será contrária a esse ponto se houver mobilização dos governadores. O relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), admitiu que outro tema que poderia ser incluído na PEC paralela seria o sistema de capitalização da aposentadoria, que também estava prevista na proposta original do governo. Porém, ele ponderou que esse ponto ainda não está definido.

Leia mais: Agência Senado - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>